



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Políticas e Práticas de Conservação e Preservação das artes rupestres em
Moçambique: casos da ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR**

Autora: Juvência Constantino de Artemiza Rubi
Supervisor: Prof. Johane Francisco Chibaio Zonjo

Trabalho de Culminação de Estudos

Maputo, Dezembro de 2024

Políticas e Práticas de Conservação e Preservação das artes rupestres em Moçambique: casos de ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR

Autora

(Juvência Constantino de Artemiza Rubi)

Trabalho de Culminação de Estudos apresentado na modalidade de projecto de pesquisa ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia.

O supervisor

O presidente

O oponente

Maputo, Dezembro de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Juvência Constantino de Artemiza Rubi, declaro por minha honra, que este projecto de pesquisa nunca foi apresentado, na sua essência por nenhum outro estudante para a obtenção de qualquer grau académico. O mesmo é resultado de minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

Juvência Constantino de Artemiza Rubi

Maputo, Dezembro de 2024

Maputo, Dezembro de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, ao divino criador, Deus, pela graça, luz e protecção. Com muito apreço, dedico à minha digníssima e querida mãe Graça Hilário, por todo o apoio, amor e carinho. Ao meu saudoso pai, Constantino Rubi, minha fortaleza.

Dedico igualmente aos meus irmãos Milton Ponda, Igna Dembele, Alberto Dembele, Issufo Rubi, Ludmila Dembele e Masec Dembele. Aos meus tios, que foram como segundos pais, Alberto Dembele e Constantino Poco. Agradeço às minhas avós Josefa João, que cuidou de mim em tenra idade, e avó Miza. Honro a memória dos meus saudosos avôs Francisco Rubi, e Hilário Poco.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conquista do meu tão almejado grau de licenciatura. Em particular, desejo agradecer aos meus professores, com especial menção ao meu supervisor professor Zohane Zonjo, pelos seus conselhos, sugestões e correções constantes que foram fundamentais para o aperfeiçoamento do meu trabalho.

Agradeço também aos professores Elísio Jossias, Sónia Seuane, Hilário Madiquida e Décio Muianga, dos quais aprendi não apenas os princípios e precisão da ciência, mas também cultivaram em mim o amor pela antropologia e pelas ciências sociais em geral. Em suma, a minha gratidão se estende a todos os professores dos Departamentos de Arqueologia e Antropologia, bem como a todos os funcionários da Universidade Eduardo Mondlane.

Quero expressar a minha sincera gratidão aos funcionários das instituições da Administração das Áreas de Conservação (ANAC), ao Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC), à Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC) e ao Instituto Nacional do Turismo (INATUR) por sua prontidão em auxiliar-me na realização deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar o apoio inestimável que recebi de minha querida mãe, Graça Hilário, durante todo o processo da minha formação. Agradeço também aos meus amigos nas artes e aos meus colegas Aleixo Buraimo, Cardoso Sabonete e Neto Milição, com quem partilhei inúmeros momentos de discussões académicas. Minha gratidão se estende a toda a turma de antropologia de 2019.

ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

ANAC	Administração das Áreas de Conservação.
ARPAC	Instituto de Investigação Sociocultural.
DPC	Direcção do Património Cultural.
INATUR	Instituto Nacional do Turismo.
INATUR	Instituto Nacional do Turismo.
MAM	Missão Antropológica de Moçambique.
PCI	Património Cultural Imóvel.
UEM	Universidade Eduardo Mondlane.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

RESUMO

A pesquisa insere-se na antropologia das políticas públicas e analisa políticas e práticas de conservação e preservação das artes rupestres em Moçambique: casos da ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR. O presente trabalho baseia-se no método etnográfico, observação directa, entrevistas semiestruturadas e conversas informais. O trabalho investigou as várias percepções, lógicas sociais e acções desenvolvidas para a conservação e preservação das artes rupestre, com enfoque identificar as políticas implementadas pelas instituições, identificar as hierarquias e o perfil dos funcionários das instituições que tutelam a conservação e preservação do património cultural, descrever a visão dos funcionários das instituições e como essa visão influencia no engajamento de estratégias para alavancar programas com vista a conservação e preservação das artes rupestres a nível nacional, bem como descrever as percepções locais o papel das sociedades circunvizinhas destas artes. Este estudo destaca que, a colaboração entre instituições supracitados, pesquisadores e as populações locais é fundamental para melhoria da implementação de estratégias e programas para a conservação e preservação das artes rupestres. Uma abordagem integrada e coordenada é essencial para enfrentar desafios e promover este património.

A análise destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, evidenciando a importância da antropologia na compreensão das políticas públicas e práticas culturais. A antropologia, conforme Shore e Wright (citados por Wedel, 2005), usa métodos empíricos para analisar a realidade cultural e social, permitindo uma visão mais crítica e detalhada das políticas de conservação. No entanto, em vez de aceitar as políticas sem questionamento, a antropologia analisa como elas são formuladas e interpretadas, ajudando a entender seu impacto real nas sociedades e nas práticas culturais. Yanow *apud* Rodrigues (2008) descreve que é essencial entender as diferentes percepções e reações de vários actores sociais para compreender a eficácia da implantação de políticas públicas.

Palavra chave:

Percepções: Conservação e preservação, Políticas e lógicas sociais.

Índice	pág.
DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS	6
RESUMO	7
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	10
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	10
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	11
1.3. OBJECTIVO GERAL.....	13
1.4. OBJECTIVOS DA PESQUISA	13
1.5. JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	13
1.6. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	15
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA.....	16
CAPÍTULO III: TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	22
3.1. CONCEPTUALIZAÇÃO	22
CAPÍTULO IV: ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	24
4.1. TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS	24
4.2. OBSERVAÇÃO DIRECTA	25
4.3. ENTREVISTAS SEMI-ESRUTURADAS	25
4.4. CONVERSAS INFORMAIS	26
4.5. QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA.....	26
4.6. SELECÇÃO DOS INTERLOCUTORES	27
4.7. TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	27
4.8. TRANSCRIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	28
4.8.1. CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO	28
4.8.2. ANÁLISE INTERPRETATIVA	Erro! Indicador não definido.
4.8.3. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRADIÇÕES E TENSÕES	Erro! Indicador não definido.
4.8.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS	28
4.9. DESAFIOS NO CONTEXTO UP	28
CAPÍTULO V: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	30
5.1. CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	30

5.2. ESTRUTURAS HIERÁRQUICAS, PERFIS E UNIDADES ORGÂNICAS NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL	32
5.2.1. ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO (ANAC) .	32
5.2.2. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIOCULTURAL (ARPAC).....	34
5.2.3. INSTITUTO NACIONAL DE TURISMO (INATUR)	34
5.2.4. DIRECÇÃO NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (DNPC).....	35
5.3. PERSPECTIVAS INTERNAS: COMO A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS MOLDA AS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE PRESERVAÇÃO CULTURAL	37
5.3.1. VISÃO E INFLUÊNCIA NA ANAC	37
5.3.2. VISÃO E INFLUÊNCIA NA ARPAC	38
5.3.3. VISÃO E INFLUÊNCIA NO INATUR.....	40
5.3.4. VISÃO E INFLUÊNCIA NA DNPC	41
5.4. GUARDIANS OF HERITAGE: AS ACÇÕES DAS INSTITUIÇÕES NA CONSERVAÇÃO E PROTECÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	43
5.4.1. ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO (ANAC) .	43
5.4.2. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIOCULTURAL (ARPAC).....	46
5.4.3. INSTITUTO NACIONAL DE TURISMO (INATUR)	47
5.4.4. DIRECÇÃO NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (DNPC).....	48
CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O trabalho enquadra-se no âmbito dos requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA). Com o trabalho proponho uma pesquisa com o objectivo de compreender as políticas e práticas de conservação e preservação das artes rupestres em Moçambique, por meio de uma pesquisa etnográfica.

1.1.CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A arte rupestre resguarda uma importante fonte de informações sobre o período pré-histórico, visto que, através dela, observam-se costumes, crenças, hábitos alimentares, entre outras características desses habitantes. A arte rupestre não se resume a pinturas antigas em rochas, mas é um importante aliado para o resgate do nosso passado pré-histórico. Para compreendê-la como um patrimônio importante para a construção de nosso conhecimento sobre os povos pretéritos, é necessário conhecer como ela é definida e estudada pelos arqueólogos e não só.

O interesse institucional pela preservação e conservação do patrimônio cultural tem como marco inicial a Carta de Atenas, de outubro de 1931, produzida no âmbito da Sociedade das Nações. No seu tópico VI, essa carta delinea as técnicas de conservação de ruínas descobertas durante escavações arqueológicas e os procedimentos a serem seguidos (Santos 2016). Por sua vez, a Convenção Europeia para a Preservação do Patrimônio Arqueológico, de maio de 1969, estabelece que o patrimônio arqueológico é um elemento essencial para o conhecimento da história das civilizações, considerando bens arqueológicos os vestígios, objectos ou quaisquer outros indícios de manifestações humanas que testemunham épocas e civilizações (Santos 2016: 23), ressalta a necessidade de criar zonas de reserva para a preservação de testemunhos materiais destinados a serem escavados por futuras gerações de arqueólogos.

No caso do patrimônio das artes rupestres, seu reconhecimento e inserção no âmbito da legislação internacional deram-se a partir da recomendação de incluir práticas arqueológicas nos projetos de restauração dos grandes monumentos, isso ocorreu a partir da década de 1970, quando houve uma mudança e/ou ampliação do conceito de patrimônio cultural, permitindo o reconhecimento da relevância do patrimônio pré-histórico para a formação das identidades nacionais. Em 1972, a arte rupestre ganha sua primeira menção directa: através do Circular nº

117, o Ministério da Instrução Pública da Itália publicou o Documento sobre Restauro (Carta de Restauro 1972). Esta carta representa um marco na preservação dos sítios de arte rupestre, uma vez que as instruções contidas no documento mostram a necessidade de cuidados para proteger as artes que podem estar em perigo de desaparecimento devido às mudanças climáticas. Sete anos após a publicação da Carta, os primeiros sítios com arte rupestre foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial devido à sua relevância cultural, oficializando o início do processo de patrimonização, ao conciliar políticas de protecção e pesquisas científicas para essa categoria de bens (Meneses 1987: 208).

Em Moçambique, a problemática em torno da preservação das pinturas rupestres remonta à década de 1930, no período colonial, com o início da Missão Antropológica no país, que identificou um potencial arqueológico em várias regiões. No entanto, muitos pesquisadores limitaram-se à observação e descrição das pinturas, negligenciando seu significado simbólico. Essas pinturas representam um legado cultural a ser preservado e estudado, exemplificando o desenvolvimento sustentável e os primeiros habitantes da região. No período pós-independência, o compromisso de Moçambique com a conservação e preservação das artes rupestres data de 1982, quando o país aderiu à Convenção da UNESCO para a protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1977. Nessa qualidade, Moçambique compromete-se a assegurar a identificação, protecção, preservação e apresentação do patrimônio cultural e natural situado em seu território, transmitindo seu legado às futuras gerações. Neste sentido, com efeito, existem instituições responsáveis pela preservação e conservação de zonas arqueológicas, que também se aplicam às artes rupestres. Estas instituições são tidas como entidades que promovem, investigam e salvaguardam a preservação e conservação desse patrimônio sociocultural e arqueológico em Moçambique, o que é objecto da presente pesquisa.

1.2.PROBLEMATIZAÇÃO

É importante destacar que a necessidade da preservação do patrimônio sociocultural em Moçambique nasce da percepção de que as artes rupestres representam um legado histórico e cultural para as sociedades atuais, bem como dos elementos de identidade cultural das várias comunidades (Duarte 1992: 37). Neste contexto, foi criado em Moçambique, em 2012, um manual com o objectivo de agregar e divulgar procedimentos de conservação do patrimônio cultural imóvel (PCI), contendo quatro pontos de atuação: a definição de conceitos-chave para o domínio específico e conservação do patrimônio cultural, a padronização da linguagem inerente,

no contexto da legislação nacional e internacional; a identificação dos principais constrangimentos que afetam a conservação do PCI moçambicano; a inserção dos princípios gerais e das técnicas de conservação do CPI, no contexto de uma estratégia de gestão do Patrimônio cultural mais abrangente; e, por último, a promoção do turismo cultural, para a conservação sustentável do PCI. Este manual está alicerçado na legislação e documentação normativa sobre o patrimônio cultural existente no país, a nível nacional e internacional, nomeadamente:

- Lei nº 10/88 de 22 de dezembro, que determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural moçambicano. "Esta Lei aplica-se aos bens do patrimônio cultural na posse do Estado, dos organismos de direito público ou de pessoas singulares ou coletivas, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberam aos respectivos titulares (Lei 10/ 88, 1988: 13).
- Em 1994, foi aprovado o Decreto nº 27/94, de 20 de julho, que aprova o regulamento de proteção do patrimônio arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Patrimônio Cultural. Este Decreto estabelece um conjunto de procedimentos de licenciamento para a realização de trabalhos arqueológicos e os conceitos relativos à conservação deste patrimônio, bem como a zona de proteção (Decreto nº 27/94).
- Na legislação do patrimônio cultural, a criação de Zonas de Proteção visa a conservação de locais ou sítios, como áreas confinadas de reconhecido interesse arqueológico, histórico, estético, etnológico ou antropológico, associados à natureza. Por outro lado, a legislação do patrimônio natural elucida acerca das áreas de valor natural com elementos culturais (religiosos, históricos, arqueológicos), visando à manutenção de uma relação harmoniosa entre a natureza e a cultura (Lei nº 10/88; Lei nº 5/2017; Lei nº 19/97).

Apesar do reconhecimento da importância das pinturas rupestres, enfrentam-se desafios significativos em relação à conservação, tanto devido a factores naturais quanto à ação humana. Por exemplo, a negligência humana e a acção gráfica representam ameaças à integridade desses artefactos culturais, como observado nas pinturas rupestres de Macanda, em Tete (Muianga 2006). Além disso, factores climáticos, como chuvas e mudanças ambientais, podem contribuir para a deterioração dessas pinturas ao longo do tempo. Embora reconhecido como patrimônio cultural,

o estado de conservação das pinturas rupestres é preocupante, e são necessárias medidas adequadas para garantir sua preservação para as gerações futuras. No entanto, a compreensão das percepções e práticas institucionais sobre a preservação dessas artes rupestres, bem como a eficácia das políticas públicas e práticas das instituições envolvidas na conservação do patrimônio sociocultural moçambicano ainda é limitada.

Os estudos existentes exploram pouco as dinâmicas das políticas internas das instituições que tutelam o patrimônio cultural e também como se processa a visão dos funcionários perante as políticas de conservação e como essa visão influencia na preservação e conservação das artes rupestres Muianga (2006); Figueira (2007); Veloso (2003); Jopela (2014) Macamo (2003), Assim, a nossa pesquisa propõe compreender as percepções das políticas e práticas de conservação e preservação das artes rupestres, com foco nos órgãos governamentais e instituições responsáveis pela gestão das artes rupestres. Para o efeito, levantamos a seguinte pergunta de partida: **quais são as percepções, lógicas sociais e as acções desenvolvidas para a conservação e preservação das artes rupestres.**

1.3.OBJECTIVO GERAL

Compreender as percepções, lógicas sociais e as acções desenvolvidas para a conservação e preservação das artes rupestres.

1.4.OBJECTIVOS DA PESQUISA

Identificar as hierarquias e o perfil dos funcionários das instituições que tutelam a conservação e preservação do patrimônio cultural;

Descrever a visão do funcionário das instituições e como essa visão influencia nas acções desenvolvidas dentro das instituições;

Identificar as acções desenvolvidas para a conservação e preservação do patrimônio cultural pelas as instituições.

Descrever as praticas locais que circundam as artes rupestres.

1.5.JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

A motivação para este estudo surge da percepção da existir de uma lacuna no que diz respeito a conservação e preservação das artes rupestres em Moçambique, dado como património cultural,

e que carece de mais estudos, atenção e projectos e estratégias que visam o cuidado das mesmas. De acordo com o Santos Júnior, as artes rupestres em Moçambique datam de 8000 anos a.c, e estão predominantemente na região centro e norte do país. Há quando da independência Nacional, e da formulação do estado independente, sugeriam alguns acontecimentos a considerar, a formulação do homem novo e moderno, as questões de matriz, cultural, passaram por transformações, o que colocou alguns bens materiais e imateriais inativos e em descaso, como é o caso de uma grande parte das artes rupestre. Estas pinturas rupestres não são apenas obras de arte, mas também testemunhos tangíveis da criatividade, da espiritualidade e da vida das sociedades que as criaram.

Portanto, é importante entender como as instituições e políticas públicas governamentais actualmente vergam, nos casos da ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR, saber, como elas estão lidando com esta questão de conservação e preservação destas artes, como os funcionários lidam, ou entendem sobre este património, uma vez que, o entendimento dos funcionários e de outros colaboradores de certa forma influenciam na tomada de decisões e de posicionamento face as mesmas e por fim qual, percebermos qual e o posicionamento das sociedades circunvizinhas face a essas grutas.

No contexto social (Moçambique), a preservação da arte rupestre e do património cultural é uma responsabilidade social importante. Estas não são apenas relíquias do passado, mas partes essenciais da identidade e da história de um povo. Estudar como as políticas públicas estão moldando a conservação e preservação desses tesouros culturais é essencial para garantir que as futuras gerações tenham acesso a essas manifestações do nosso património, ao entender melhor as políticas públicas relacionadas à preservação do património cultural, podemos trabalhar para garantir que esses recursos sejam utilizados de forma eficaz e inclusiva, beneficiando toda a sociedade.

Do ponto de vista teórico, este estudo se enquadra na área da antropologia das políticas públicas. A pesquisa está alinhada com as proposições teóricas e analíticas de Shore e Wright (citados por Wedel, 2005) e Yanow (citado por Rodrigues, 2008), os quais enfatizam que a Antropologia constitui um campo de conhecimento científico bem posicionado para a compreensão das políticas públicas. A análise das políticas públicas sob uma perspectiva antropológica tem como ponto de partida a própria política pública, ou seja, sua compreensão é construída a partir de um questionamento crítico sobre suas bases e implicações. Assim, estamos interessados em

compreender como as políticas governamentais são formuladas, implementadas e interpretadas pelos diversos actores sociais. Ao analisar as políticas de conservação e preservação da arte rupestre em Moçambique, estamos explorando como essas políticas refletem as dinâmicas sociais, culturais e políticas do país.

1.6. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A primeira etapa concentrou-se na pesquisa bibliográfica e documental sobre as artes rupestres (e património cultural de forma geral) em nível nacional e internacional, disponível em bibliotecas virtuais ou físicas, principalmente da UEM, bem como nas instituições selecionadas para nossa investigação (ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR). A revisão da literatura permitiu destacar a contribuição da pesquisa realizada sobre o assunto, demonstrando contradições entre diferentes abordagens ou reafirmando resultados obtidos em outros estudos quanto à questão de discrepâncias.

A segunda fase consistiu na realização do trabalho de campo, ou seja, uma pesquisa etnográfica nas instituições selecionadas: ANAC, INATUR, DNPC e ARPAC. Entretanto, esta fase focou na recolha de dados por meio de observação directa, entrevistas semi-estruturadas com o uso de gravação na base em telefone, e conversas informais diante das instituições responsáveis pela preservação e conservação das artes rupestres. O trabalho de campo teve duração de cinco meses, de meados de Junho a Outubro. Durante este período, foram recolhidos dados de 17 funcionários, sendo 6 do ARPAC, 4 do DNPC, 5 da INATUR e 2 da ANAC.

E a terceira fase do processo de pesquisa envolveu a análise e interpretação dos dados recolhidos durante o trabalho de campo. Os dados recolhidos foram organizados e categorizados para facilitar sua análise. Em seguida, foram aplicadas técnicas de análise qualitativa para identificar padrões, tendências e abordagens relevantes. A identificação de temas recorrentes nas entrevistas, análise de conteúdo de documentos e relatórios fornecidos pelas instituições, e a comparação de diferentes perspectivas e abordagens adoptadas por cada uma delas.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Da revisão da literatura sobre o tema em estudo, constata-se a existência de XXX tendências na abordagem sobre o mesmo. O primeiro grupo estudos examina as questões da história, definição, classificação do património cultural, como os trabalhos de Macamo (2003), Figueira (2007), UNESCO (1989), Jopela (2014). Neste grupo, Macamo (2003) considera que a palavra património surgiu com o sentido de designar a herança familiar, relacionando-se principalmente com bens materiais (Macamo 2003, citando UNESCO-ICCROM 2003). Na mesma linha, Ferreira (1989) define o património como herança paterna, dos bens da família, a riqueza e os bens materiais. Neste sentido, no século XVIII, começaram na Europa as primeiras medidas para a protecção dos monumentos com valor histórico, onde a expressão património passou a ser utilizada para denominar os bens salvaguardados por lei e pelos órgãos constituídos para tal função (Figueira 2007). No século XIX, intensificou-se a criação de patrimónios nacionais, com o intuito de criar referências de importância comum a todos que habitam no mesmo território, criando, consequentemente, tradições e costumes comuns, uma língua e uma história nacional. Dessa forma, o património passou a ser também uma construção social de altíssima importância política, uma escolha oficial sobre a representação do passado histórico de uma sociedade (Figueira 2007).

Portanto, o património é muito mais do que um simples objecto, prédio histórico ou uma paisagem natural, mas sim toda a interação que existe entre as sociedades e o meio que as rodeia. Património é a história, a cultura, a vivência, os costumes, as tradições, os hábitos, as crenças, a forma de vestir, artes rupestres, comer, pensar, agir, lendas, ritos, danças, música e canções. Património são as relações familiares com o meio ambiente, a experiência de uma sociedade, a sua cultura e identidade. O património cultural pode ser definido como o conjunto de sinais materiais, tanto artísticos como simbólicos, transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e do enriquecimento das identidades culturais, é um legado que pertence a toda a humanidade. O património cultural confere a cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana (UNESCO 1989).

O Património Cultural é definido pela Lei do Património Cultural como sendo “o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana” (Lei n.º 10/88, de 22 de

Dezembro). Por conseguinte, o património cultural pode ser subdividido em dois tipos, a saber: património tangível (ou Bens Culturais Materiais) e património intangível (ou Bens Culturais Imateriais). Os Bens Culturais Materiais são, por sua vez, subdivididos em Bens Culturais Móveis e Bens Culturais Imóveis (Jopela 2014). O Património Cultural expressa-se pela produção, seja de ordem intelectual, emocional, material ou imaterial, independentemente da época, origem, natureza, aspecto ou forma (Figueira 2007).

Um segundo grupo de autores, focaliza a sua atenção para os aspectos da educação e preservação do património. É neste sentido que Veloso refere que o património cultural é o testemunho da identidade e diversidade cultural da sociedade em diferentes épocas, gerador de memórias históricas que são conservadas e transmitidas às gerações, permitindo que estas possam usufruir do legado e, conseqüentemente, das tradições das gerações anteriores, preservando-o para as próximas gerações. O objectivo é preservar o património cultural como parte importante da vida das sociedades (Veloso 2003).

De acordo com Veloso (2003) observa que as tradições se manifestam através de práticas colectivas concretas que se inscrevem no quotidiano dos grupos sociais, no tempo e no espaço, e principalmente, construindo as referências de lugar. Essas referências representam a identidade da cultura de uma sociedade que, por conseguinte, é o seu património. Para tal, surge a educação patrimonial, que se configura como uma das formas de resgatar a relação, afecto, apego, amor e identificação entre a comunidade e o seu património, desencadeando um processo de aproximação do bem cultural e a população, enfatizando o sentimento de pertença, tendo o património como a sua história, a sua cultura e a sua memória (Horta 1999:6).

Preservar significa manter o imóvel na condição em que se encontra, tentando, ao mesmo tempo, travar ou atrasar a sua deterioração. A preservação visa ainda garantir a manutenção (protecção contínua que não deve envolver a alteração física) da estrutura original do bem cultural imóvel e a tomada de todas as medidas cautelares possíveis para retardar a sua deterioração ou alteração (Jopela 2014:7). Preservação significa a manutenção de um lugar com as menores alterações possíveis. Significa que a preservação de um lugar deve envolver a menor intervenção possível, de modo a assegurar a sua sobrevivência a longo prazo e a continuidade do seu valor cultural patrimonial. Os processos de preservação não devem ocultar ou remover a pátina do envelhecimento, particularmente quando a mesma contribui para a autenticidade e a integridade do lugar e para a estabilidade estrutural dos materiais (Baranha *et al.* 2016:83). Para tal, A

protecção é entendida, em termos legais, como sendo a ação necessária para proporcionar as condições de sobrevivência do património cultural e, neste caso, do monumento ou estação arqueológica. A protecção legal, baseada na legislação e normas que possam ser implementadas, visa garantir a defesa contra intervenções prejudiciais e estabelece as respectivas penalizações (Macamo 2003).

Um terceiro grupo de autores estabelece a relação entre a preservação do património e as actividades económicas lucrativas. Com efeito, de acordo com Albino Jopela (comunicação pessoal 2021) quanto mais nos apropriamos do nosso património, reconhecemos nele, de certa forma, a existência de meios que podem ajudar na sua subsistência e proteção. Rabahy (2003:83) comenta que o turismo é uma das actividades integrantes da política de valorização do património e do bem-estar, devendo incorporar o património natural e sociocultural. Por sua vez, Passoti (2007:7) observa que mais do que uma actividade económica lucrativa, o turismo tem se apresentado como um fenómeno social, capaz de promover a interação entre diferentes culturas e povos. Segundo Fuster (1947:16), o turismo caracteriza-se por ser uma actividade multidisciplinar, onde nada lhe é exclusivo, pois recebe a imensa colaboração das diversas ciências. Serve-se dos conhecimentos da geografia para delimitação e exploração do território, além de estudar fenómenos naturais capazes de torná-los atrativos para o turismo.

Toda a movimentação de pessoas em torno de atrações culturais específicas, tais como locais históricos, estações arqueológicas e manifestações artístico-culturais, fora do seu lugar próprio de residência (Decreto n.º 55/2016, de 28 de novembro). Segundo Solange Macamo, a inserção da componente do turismo cultural no património edificado visa a fruição do património cultural, através da garantia das condições e infra-estruturas necessárias nos respetivos locais (Macamo 2003:146). O desenvolvimento do turismo cultural contribui, acima de tudo, para que se dê a conhecer a realidade e a riqueza do património cultural de uma comunidade, de um país, ou de uma região. Através destas actividades, a história de domínio local passa a ser mais abrangente, mais conhecida e, conseqüentemente, mais pessoas ficam desejosas de conhecer esta parte da história, conforme Filipe (2014). Ela justifica que é dessa maneira que um determinado local, uma paisagem, um monumento ou objeto de museu se pode tornar foco de atração turística, dinâmica esta que passa pela criação de infra-estruturas, como casas, hospitais, hotéis, estradas, pontes, assim como pela melhoria nos sistemas de saneamento, de abastecimento de água, no fornecimento de energia elétrica, no acesso às tecnologias de informação, com destaque para as

redes de telefonia móvel, fixa e internet, entre outros aspetos conducentes a um cenário de desenvolvimento local (Filipe 2014:68-69).

De acordo com a legislação internacional, a zona de proteção é de 50 metros a contar dos limites exteriores do bem classificado ou em vias de classificação. As zonas de proteção podem incluir áreas non edificandi, ou seja, áreas onde não é permitido erguer qualquer construção (Macamo 2003). A preservação do património cultural pode ajudar a preservar a identidade e modos de vida das comunidades locais, enquanto a gestão do parque nacional pode ajudar a preservar a biodiversidade e os recursos naturais que sustentam a vida dessas comunidades (Australian Heritage Commission 2002).

A criação de áreas de conservação constitui uma das principais formas de intervenção dos governos, no intuito de minimizar as perdas da biodiversidade ante a degradação ambiental imposta pelas ações antrópicas nefastas (Mulhaisse, 2020:02). Porém, áreas de conservação, no mundo, têm sido criadas em territórios ocupados pelos assentamentos populacionais, o que gera conflitos com as comunidades (ANAC, 2012). Os sítios ou lugares podem ter valores de património natural e cultural. Esses valores podem estar relacionados e, às vezes, são difíceis de separar. Algumas pessoas, incluindo muitas comunidades, não os veem como separados (AHC, 2002).

Em escala internacional, observa-se uma diversidade de modelos de gestão patrimonial adotados pelos países, podendo ser classificados como públicos, privados ou mistos. Santos (2016) destaca que, na França, Grécia e Dinamarca, é predominante um modelo de gestão patrimonial pública, enquanto nos Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda e Austrália prevalece a gestão privada. No contexto brasileiro, Santos (2016) aponta a considerável influência da legislação francesa e da escola de arqueologia francesa nos estudos e políticas relacionadas à arte rupestre. Enfatiza-se a importância de uma gestão democrático-participativa, enfocando parcerias entre proprietários de sítios rupestres e instituições gestoras (Santos 2016).

Um quarto grupo de autores examina a questão das artes rupestres e a sua preservação em Moçambique. Nesta categoria cabem os trabalhos de Ricardo Duarte (1979), Guerreiro (1965), Adamowicz (1986), Morais (1989), Muianga (2006), Mahota (2015), Macamo (2014), Santos Júnior (1950). Com efeito, em Moçambique, Ricardo Duarte (Duarte 1979) emergem como uma das figuras pioneiras nos estudos sobre as artes rupestres a medida que pesquisou a arte rupestre

em Moçambique sobre cinco dos maiores painéis, com o objectivo de divulgar algumas imagens do que se pode considerar verdadeiras obras da arte. A sua variedade tanto no estilo, como no conteúdo, permitem deduzir que foram feitas ao longo de várias épocas desde a Idade da Pedra Superior até a Idade do Ferro, altura em que os povos Bantu que ocuparam esta região dedicavam-se a agricultura e criação de gado. Em virtude disto, as pesquisas iniciais de pinturas rupestres referentes a este período foram levadas a cabo pelos seguintes pesquisadores profissionais: Ricardo Duarte e Maria da Luz Duarte (1979) e culminaram com uma publicação intitulada *"Arte rupestre em Moçambique, pinturas de oito mil anos"*. Para Breuil um dos primeiros pioneiros, as pinturas analisadas em Moçambique tinham três fases que eram: esquemática, impressionista e naturalista esquemática (Oliveira 1971: 49-73).

De acordo com Teixeira (1971) as artes rupestres em Moçambique datam de oito mil anos atrás, pois existem vestígios da sua presença como é o caso da estação arqueológica de Massingir em Gaza, que guardou utensílios feitos por pedras na "idade da pedra" nas margens dos rios Limpopo, Umbeluzi e Save, onde também foram encontrados vários utensílios dos tempos longínquos como machados, pequenos buris e raspadores. Um dos grandes vestígios de acordo com o autor são as pinturas rupestres.

Manuel Viegas Guerreiro Publicou um artigo sobre Pinturas rupestres de Manica onde fez um estudo exaustivo sobre as pinturas conhecidas de Chinhamapere, próximo da Vila de Manica. Este pesquisador tentou também interpretar as pinturas e constatou que estas são produto da vida material e espiritual de grupos nómadas que residiram na região de Manica há 7000 anos Idade da Pedra Superior (Guerreiro 1965: 4). Importa salientar que guerreiro levantou dados importantes que são uma contribuição válida para a pesquisa da arte rupestre. Adamowicz (1986-1988: 59), efectuou um importante trabalho da Idade da Pedra Superior nas estações (Namolepiwa, Nakwalo, Riane, Ribáue e Chakota) na província de Nampula através do *"Projecto Cipriana"*. Na sua pesquisa estabeleceu-se uma cronologia para a arte rupestre dos caçadores-recolectores BaTwa, tendo analisado as pinturas e dividindo-as em imagens: Naturalística, Realística, Esquemática, Geométrica e Simbólica. Morais (1989: 302) alega que em Moçambique não havia uma diversidade de fontes para o estudo da pré-história colonial. No entanto, para o caso específico da arte rupestre, não havia tradições orais³, sobre a origem e a razão da existência deste importante património da Idade da Pedra Superior.

Muianga (2006) realizou pesquisas no estação Romo Re Nguruwe que dista a 1,5km do estação de Chinamapere na sua composição pictórica mostrou que o quartzo era a principal fonte de matéria prima, com cerca de 88% de instrumentos líticos onde se destacam em maior número lascas e lâminas para o uso nas rochas. Estes instrumentos líticos e cerâmicas foram encontrados lado a lado nas escavações o que mostra que as estações foram ocupadas por caçadores e recolectores e ainda por comunidades de agricultores e pastores.

Mahota (2015) realizou a pesquisas que na região de Samo na Província de Tete, as pinturas que se encontram em um maciço rochoso de cerca de oito metros de altura, tem representadas espirais ou círculos com radiais, como espécimes marinhos, a pintura tem a cor ocre. Enquanto as pinturas rupestres de Sope do monte Malembué no posto de Muembe, Província do Niassa, o painel tem cerca de 20 metros, com representações de figuras de homens e animais, tem traçado geométricas de linhas verticais e oblíquas. Macamo (2014) descreve as pinturas rupestres de Macanga e Chicolone na província de Tete como estações preservadas devido a inacessibilidade das pessoas por via disso demostram a sua originalidade.

CAPÍTULO III: TEÓRICO E CONCEPTUAL

Atualmente, observamos uma crescente demanda por reflexões provenientes de diversos campos do conhecimento científico sobre políticas públicas. Nesse contexto, é importante destacar a relevância dos estudos antropológicos para compreender essas políticas. Para tal, Shore e Wright (citados por Wedel, 2005) argumentam que a Antropologia, por privilegiar o uso de métodos empíricos em suas pesquisas, está bem posicionada para analisar as políticas públicas. Conforme Wedel (2005), o estudo das políticas públicas sob uma perspectiva antropológica começa com um questionamento crítico sobre a própria política, o que contribui para uma compreensão mais profunda do assunto.

As políticas de conservação das artes rupestres em Moçambique demandam uma abordagem interdisciplinar, onde a Antropologia destaca-se ao analisar não apenas a formulação das políticas, mas também sua interpretação pelas sociedades locais. Neste contexto, a abordagem interpretativa de Yanow (citado por Rodrigues, 2008) é fundamental para compreender como diferentes actores, incluindo agências governamentais, arqueólogos e as populações locais, percebem e respondem a essas políticas.

Essas interpretações moldam a implementação das políticas, afetando sua eficácia. É importante reconhecer que a conservação das artes rupestres não é apenas uma questão técnica, mas também política e social, com impactos nas sociedades locais, turismo e identidade cultural. Portanto, uma abordagem holística e colaborativa é essencial para garantir políticas culturalmente sensíveis, economicamente viáveis e socialmente justas.

3.1.CONCEPTUALIZAÇÃO

Nesta secção, apresento os conceitos operacionalizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, nomeadamente: Arte Rupestre, Patrimônio Cultural, Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel, Preservação do Patrimônio Cultural Imóvel e Patrimônio Cultural.

Conceito da arte Rupestre

Arte rupestre é um termo utilizado em arqueologia para designar qualquer pintura ou gravura feita pelo Homem numa rocha ou pedra natural. Considerada uma das formas mais antigas de manifestação artística do comportamento humano moderno, teve início na Idade da Pedra Superior, há aproximadamente 22.000-2000 anos atrás (Phillipson 2002; Mitchell 2002).

Conceito do Patrimônio Cultural

Segundo Jopela (2014:5), patrimônio cultural é o conjunto de bens tangíveis e intangíveis que constituem a herança de um povo e reforçam emocionalmente seu sentido de comunidade com uma identidade própria, sendo percebidos por outros como característicos.

Conceito de Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel

Entende-se que implica vários tipos de tratamento, como manutenção, reabilitação ou restauro de edifícios, estações arqueológicas ou cidades históricas. O objectivo da conservação é preservar para o futuro, manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que fazem parte (Jopela 2014).

Conceito de Preservação do Patrimônio Cultural Imóvel

Significa manter o imóvel na condição em que se encontra, tentando ao mesmo tempo evitar sua deterioração. Na prática, isso implica retardar e reverter danos e deteriorações, como os causados pela água, químicos, insetos e plantas (Agnew, 1997). A preservação visa garantir a manutenção da estrutura original do bem cultural imóvel, tomando todas as medidas cautelares possíveis para retardar sua deterioração ou alteração.

CAPÍTULO IV: ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa teve como objectivo compreender as dinâmicas internas, práticas e políticas das instituições responsáveis pela preservação e conservação das artes rupestres. Para alcançar esse objectivo, adoptou-se uma abordagem metodológica qualitativa Gil (2002), baseada na etnografia, que se destaca por sua capacidade de compreender profundamente as interações sociais e políticas que permeiam um determinado contexto, como observa De Sardan (2008). A escolha por uma abordagem etnográfica foi fundamentada na necessidade de mergulhar no ambiente das instituições de preservação das artes rupestres, buscando compreender não apenas suas práticas visíveis, mas também as relações sociais, políticas e simbólicas que moldam suas actividades. Através da observação directa, entrevistas semi-estruturadas, conversas informais foi possível capturar uma ampla gama de dados que refletiam as complexidades desse contexto.

A metodologia adoptada foi fortemente influenciada pelas sugestões analíticas de Jean Pierre Olivier de Sardan, cujo trabalho enfatiza a importância de reconhecer o trabalho de campo como um processo social complexo. De Sardan destaca a necessidade de compreender as relações de poder, as negociações e as interações entre pesquisadores e participantes da pesquisa, reconhecendo que essas dinâmicas podem influenciar na produção e interpretação dos dados. De maneira igual, não só, o trabalho antropológico o pesquisador olha, ouvi e escreve o que acontece no campo de pesquisa (Oliveira 2006, Calado 2015). Por sua vez Leach (1982) afirma que no trabalho do campo o mais importante são os detalhes pois eles permitem entender as manifestações culturais no seu todo, e é importante distinguir o que as pessoas dizem estar a fazer, e o que fazem realmente.

4.1.TÉCNICA DE RECOLHA DE DADOS

A técnica de recolha de dados tem um papel importante na pesquisa sobre as dinâmicas, as lógicas e a visão dos funcionários em relação às acções desenvolvidas nas instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres. Foram utilizadas o método etnográfico, observação directa, entrevistas semiestruturadas e conversas informais, empregadas de maneira complementar. No entanto, a observação directa permitiu uma análise detalhada das práticas diárias, enquanto as entrevistas semi-estruturadas forneceram informações aprofundadas sobre percepções e experiências dos funcionários. As conversas informais complementaram esses

dados, permitindo uma compreensão mais holística das actividades e desafios enfrentados pelas instituições na preservação das artes rupestres.

4.2.OBSERVAÇÃO DIRECTA

A observação directa permitiu uma imersão no ambiente dessas instituições, proporcionando uma compreensão detalhada de suas práticas quotidianas e das relações internas entre os membros. Ao se envolver activamente com os participantes. Captamos as redes sociais das instituições, assim como as interações sociais e entender melhor o funcionamento interno dessas organizações. A observação directa é importante porque permite compreender diferentes estratégias adoptadas pelas instituições para a preservação e conservação das artes rupestres (Quivy e Campenhoudt, 2003; Marconi e Lakatos, 2003).

4.3.ENTREVISTAS SEMI-ESRUTURADAS

As entrevistas semiestruturadas foram uma ferramenta importante para aprofundar o entendimento das políticas e práticas de conservação adotadas pelas instituições. Essas entrevistas permitiram que os membros-chave expressassem suas opiniões e experiências, fornecendo abordagens pontuais sobre os desafios e sucessos enfrentados no trabalho de preservação das artes rupestres. A combinação de perguntas abertas e fechadas possibilitou uma análise abrangente dos temas abordados, garantindo uma visão completa do assunto. Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, permitindo que o informante discorra sobre o tema proposto, enquanto o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas.

Essas entrevistas foram direccionadas aos funcionários, directores, chefes de departamentos e outros membros das instituições envolvidas na conservação das artes rupestres. O objectivo principal era obter uma compreensão detalhada das políticas de conservação adotadas, identificar os principais desafios enfrentados e reconhecer os sucessos alcançados no processo. Essa abordagem permitiu recolher informações importante sobre as práticas de conservação, as dificuldades encontradas no campo e as estratégias eficazes implementadas. Ao combinar perguntas abertas e fechadas, as entrevistas semi-estruturadas possibilitaram uma análise abrangente dos temas abordados, garantindo uma visão completa do assunto. Isso contribuiu para uma visão holística e detalhada das iniciativas de preservação das artes rupestres, conforme

salientado por Boni e Quaresma (2005), ao permitir que os entrevistados discorram livremente sobre o tema proposto.

4.4.CONVERSAS INFORMAIS

As conversas informais complementaram os dados recolhidos nas entrevistas, oferecendo uma perspectiva mais informal e espontânea sobre os temas discutidos. Essas conversas informais, especificamente com recepcionistas da INATUR e com o diretor da ANAC, tiveram o objectivo de entender a diferença entre as duas instituições. Segundo os directores, a INATUR é responsável pela gestão do património cultural, enquanto a ANAC é responsável pela administração dos parques nacionais. Essas conversas casuais permitiram explorar tópicos específicos de interesse que surgiram durante o trabalho de campo, proporcionando uma visão mais abrangente das questões em análise. As conversas informais ajudaram a estabelecer um ambiente de confiança e abertura com os participantes, facilitando a troca de informações e experiências (Boni e Quaresma, 2005).

No conjunto, essas técnicas de recolha de dados se complementaram, oferecendo uma variedade de perspectivas sobre as dinâmicas das instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres. Nesta vertente, através da observação directa, entrevistas semiestruturadas e conversas informais, foi possível obter uma compreensão abrangente das práticas, políticas e relações internas dessas organizações, contribuindo assim para o avanço do conhecimento nesse campo de estudo das políticas públicas.

4.5.QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Durante todo o processo de pesquisa, enfatizamos a importância de valorizar os interlocutores como colaboradores activos. Portanto, enquanto pesquisadores reconhecemos a expertise local dos membros das instituições e os envolvemos não apenas como interlocutores, mas como parceiros intelectuais na produção de conhecimento. Neste sentido, adoptamos uma postura de reciprocidade, escuta atenta e valorização das contribuições dos interlocutores, conforme preconizado por De Sardan (2008).

Considerações éticas foram incorporadas em todas as etapas da pesquisa. Foram obtidos consentimentos informados dos interlocutores, garantindo que estivessem plenamente informados sobre os objectivos da pesquisa e seus direitos. A confidencialidade dos dados foi

mantida e medidas foram tomadas para proteger os interesses dos interlocutores, evitando qualquer forma de exploração ou danos. Os resultados da pesquisa foram compartilhados com as comunidades envolvidas de forma acessível e compreensível, contribuindo para o bem-estar das pessoas que participaram do estudo.

4.6. SELECÇÃO DOS INTERLOCUTORES

Os interlocutores da pesquisa foram selecionados com base em critérios específicos que visavam garantir a representatividade e a relevância das informações recolhidas. Inicialmente, identificamos as instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres na área de estudo (ANAC, ARPAC, DNPC e INATUR). Em seguida, buscamos estabelecer contacto com membros-chave dessas instituições, levando em consideração sua posição, conhecimento e envolvimento nas actividades de preservação.

Experiência e Expertise: Priorizamos a seleção de interlocutores que possuíam experiência e expertise relevante no campo da preservação das artes rupestres, isso incluiu membros da equipe técnica, gestores e outros profissionais envolvidos nas actividades de conservação.

Disponibilidade e Acesso: Consideramos a disponibilidade e o acesso dos potenciais interlocutores para participar da pesquisa. Priorizamos aqueles que estavam dispostos e aptos a colaborar, levando em conta suas agendas e restrições logísticas.

Variedade de Perspectivas: Buscamos incluir interlocutores com uma variedade de perspectivas e opiniões sobre a preservação das artes rupestres, garantindo uma representação equilibrada das diferentes visões e abordagens dentro do campo. Neste contexto, a selecção dos interlocutores foi realizada de forma cuidadosa e estratégica, visando garantir uma amostra diversificada e representativa que permitisse uma análise abrangente das dinâmicas e práticas das instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres.

4.7. TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para analisar os dados recolhidos durante o processo de pesquisa, uma abordagem baseada nas orientações de Jean Pierre Olivier de Sardan, conforme apresentadas no manual *Política do Trabalho de Campo - Sobre a Produção de Dados em Sócio-Antropologia*, foi adoptada. Essa abordagem enfatizou a importância de uma análise cuidadosa e reflexiva dos dados, reconhecendo o trabalho de campo como um processo social complexo que envolve relações de poder e negociações (De Sardan 2008).

4.8.TRANScrição E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Inicialmente, os dados recolhidos por meio das observações directas, entrevistas semiestruturadas, conversas informais foram transcritas e organizadas de forma sistemática. Cada conjunto de dados foi rotulado e categorizado de acordo com os temas e questões de pesquisa, ou melhor seguimos os objectivos específicos.

4.8.1. CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

Os dados foram codificados e categorizados com base nos principais temas emergentes e padrões identificados durante o trabalho de campo. Isso envolveu a identificação de conceitos-chave, relações sociais e práticas observadas nas instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da análise foram contextualizados dentro do quadro teórico e conceitual fornecido por De Sardan (2008) e outras fontes relevantes da literatura. Isso permitiu uma interpretação mais robusta dos dados, considerando as nuances do trabalho de campo e as questões éticas levantadas durante o processo de pesquisa.

Por meio dessa abordagem de análise de dados, buscou-se não apenas descrever as dinâmicas internas, práticas e políticas das instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres, mas também compreender suas complexidades e contradições. A análise foi realizada de forma reflexiva e crítica, garantindo uma interpretação significativa e contextualizada dos dados recolhidos.

5.1.DESAFIOS NO CONTEXTO UP

Durante a pesquisa de campo sobre as dinâmicas das instituições responsáveis pela preservação das artes rupestres, enfrentamos desafios típicos desse tipo de investigação em contextos UP, onde é necessário negociar a palavra com os interlocutores. O acesso limitado aos interlocutores-chave foi superado através de redes de contactos e flexibilidade de horários, incluindo chamadas telefônicas.

A resistência à participação foi abordada ao enfatizar a confidencialidade dos dados e a importância da pesquisa, estabelecendo relações de confiança e garantindo a autonomia dos

participantes. Limitações de tempo e recursos foram geridas ao priorizar atividades estratégicas, estabelecer cronogramas claros e alocar recursos cuidadosamente.

Essas estratégias de mitigação garantiram a qualidade e relevância dos dados coletados, contribuindo para o sucesso do estudo, Shore e Wright (citados por Wedel, 2005), os antropólogos enfrentam desafios no trabalho de campo devido a burocracias em contextos UP. Além disso, a antropologia sempre teve a natureza de estudar sociedades rurais e as instituições que elaboram as políticas públicas.

CAPÍTULO V: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos e interpretaremos os dados da pesquisa de campo. Em uma primeira fase, discutiremos a literatura sobre o contexto histórico-político da conservação e preservação do patrimônio cultural, destacando as nuances que levaram à criação de áreas de conservação. Em seguida, identificaremos as hierarquias e o perfil dos funcionários das instituições responsáveis pela tutela da conservação e protecção do patrimônio cultural. Descreveremos a visão dos funcionários dessas instituições e como essa visão influencia as acções desenvolvidas dentro delas, além de detalharmos as acções implementadas para a conservação e protecção do patrimônio cultural por essas instituições.

5.1.CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

O período colonial e pós-independência, Moçambique vivenciou vários momentos. De acordo com Mahota (2015), as pinturas rupestres eram entendidas pelo Homem que as realizava como um ritual mágico e premonitório, eficaz para o controle de uma realidade, como por exemplo a das caçadas. Era uma forma do homem dominar a natureza. A arte era algo possível a um ser dotado de experiência metafísica e religiosa, porquanto na sua essência a manifestação artística é sempre conceptual.

De acordo com Muianga (2006) embora tenha havido um esforço para descobrir e estudar estações com arte rupestre no período colonial, houve muitas lacunas em termos de interpretação das mesmas, porque muitos investigadores portugueses não fizeram uso de métodos como a etnografia e antropologia, que se desenvolveram na década 60 e 70 na África do Sul, no que concerne a pesquisa da arte rupestre San.

Por outro lado, nenhum dos pesquisadores envolvidos nos trabalhos desde 1936 quando foi criada a Missão Antropológica era arqueólogo de profissão, eram todos entusiastas que dedicavam os seus tempos livres a pesquisar sobre pinturas rupestres. Importa também salientar que no tempo colonial a pesquisa na sua maior parte, estavam voltados apenas para a descrição, e também contavam com alguns constrangimentos, como a falta de apoios pelas entidades coloniais, e material de pouca qualidade.

De acordo com Momade (2022) no início século XX houve uma mudança de paradigma no que concerne aos métodos de pesquisa da arte rupestre em Moçambique. Os pesquisadores envolvidos foram nomeadamente: Adamowicz (1986, 1988) Saetersdal (2004); Ricardo T. Duarte (1979, 1988); Macamo (2006); Muianga (2006, 2013), entre outros, interessaram-se mais na interpretação e foram usadas várias abordagens e perspectivas antropológicas vigentes na região a título de exemplo o uso da etnografia. E foi nesta diáspora que Moçambique passou a criar leis com vista a proteção do património cultural. Na componente das Políticas Públicas na legislação nas alíneas 1 e 2 do artigo 115 da *Constituição da República de Moçambique* (2004, p.33) nomeadamente: O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidades nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O Estado promove a difusão da cultura moçambicana e desenvolve acções para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos. Também encontram-se destacadas na lei do património cultural *Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro*, que determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano e constitui parte do Património Cultural da humanidade.

Segundo a Macamo *et al* em termos legislativos os progressos alcançados na área de conservação do património cultural em Moçambique, através da adoção de instrumentos legais, são um suporte importante para a gestão do património cultural, incluindo bens moveis e imóveis e ainda o património intangível. No entanto, a legislação por si só, não será capaz de evitar a degradação da PCI. Urge a tomada de medidas preventivas, depois de se conhecerem os principais factores que afectam a conservação do PCI. Importa também salientar que no tempo colonial a pesquisa na sua maior parte, estavam voltados apenas para a descrição, e também contavam com alguns Santos Júnior (1950) e Ricardo Duarte (Duarte 1979) emergem como figuras pioneiras nos estudos sobre arte rupestre, contribuindo de maneira significativa para a compreensão desse património cultural. Posteriormente, pesquisadores como Muianga (2006) e Mahota (2015) também ofereceram contribuições valiosas para a pesquisa e preservação da arte rupestre na região. É pertinente ressaltar que a legislação moçambicana reconhece a importância da arte rupestre como parte do património cultural (Lei n.º 10/88). Para além dos autores citados anteriormente, Oliveira (1971) destaca os estudos realizados por Henri Breuil e Van Riet Lowe na África Austral, enquanto Momade (2022) enfatiza as contribuições de T. Duarte (1988) na pesquisa da arte rupestre em Moçambique.

Assim, ao examinarmos as várias tendências de pesquisa sobre o tema, esta pesquisa se enquadra no último grupo, que discute a preservação do património e artes rupestres em Moçambique. Todavia, dentro deste contexto de narrativa dos dados, existem a falta de clareza nos estudos sobre as percepções dos funcionários e agentes do Estado sobre a formulação e implementação das políticas públicas no que tange a estratégias e programas realizados no contexto específico das artes rupestres e por via disso as lacunas na operacionalização dentro das instituições que velam pelo património.

5.2. ESTRUTURAS HIERÁRQUICAS, PERFIS E UNIDADES ORGÂNICAS NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para abordar o objectivo de identificar as hierarquias e o perfil dos funcionários das instituições responsáveis pela tutela da conservação e protecção do património cultural em Moçambique, exploraremos quatro importantes instituições: a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), o Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC), o Instituto Nacional de Turismo (INATUR) e a Direcção Nacional de Património Cultural (DNPC). Cada uma dessas instituições desempenha um papel crucial na preservação e valorização do património natural e cultural do país.

5.2.1. ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO (ANAC)

A ANAC é uma entidade e/ou instituição na gestão e preservação das áreas de conservação de Moçambique, incluindo parques nacionais e reservas naturais. De acordo com as informações oficiais ANAC vela por 25% do território nacional das áreas de conservação. As reservas que elas tutelam são: a serra da Gorongosa, as cordilheiras dos Libombos, o Arquipélago de Bazaruto e o Arquipélago das Quirimbas, o Maciço de Chimanimane, e ainda 5.500 espécies de plantas, 220 espécies de mamíferos e 690 de aves, algumas das quais endémicas.

E foi com base a este acervo que o estado Moçambicano criou o Sistema Nacional das Áreas de Conservação, de modo a promover a cooperação regional da gestão e o uso sustentável dos recursos naturais em áreas de elevado valor ecológico que um dia serão o amanhã de Moçambique. A hierarquia da ANAC é composta por:

- Director-Geral: No topo da hierarquia, o Diretor-Geral é responsável por definir políticas e estratégias de conservação, além de representar a ANAC em fóruns nacionais e

internacionais. Ele é o principal responsável pela coordenação das actividades e pela supervisão das operações de campo.

- Directores das Unidades Orgânicas: Subordinados ao Director-Geral, os Directores de Departamentos, como o de Conservação da Biodiversidade e o de Monitoramento e Avaliação, são responsáveis por áreas específicas. Eles supervisionam as equipes técnicas e garantem a implementação de políticas de conservação.
- Técnicos e Especialistas: Incluem biólogos, ecologistas e especialistas em fauna e flora, que trabalham diretamente na pesquisa, monitoramento e conservação das áreas protegidas. Eles desempenham um papel importante na recolha de dados e na execução de planos de manejo.
- Auxiliares Administrativos: Apoiam as actividades logísticas e administrativas, como organização de eventos, gestão de documentos e suporte às operações de campo da instituição.

No entanto, além das estruturas hierárquicas, a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) em Moçambique conta com diversas unidades organizacionais. Neste diapasão, dentro das Unidades Operacionais (UO), estão incluídas a Direcção de Aeronavegabilidade (DA), que regula e supervisiona o sector da aviação civil; a Direcção de Facilitação e Segurança (DFS), responsável por questões de segurança e facilitação; e a Direcção de Infra-estruturas e Navegação Aérea (DIN), que gerencia infraestruturas aeronáuticas e navegação aérea. Outras unidades operacionais incluem a Direcção de Licenciamento e Exame (DLE), Direcção de Operações de Voo (DOV), Direcção de Regulação Económica (DRE) e o Gabinete do Consumidor (GC) (ANAC 2015)

De igual forma incluem, as Unidades de Suporte da ANAC abrangem a Direcção de Conformidade e Controlo de Gestão (DCC), Direcção Jurídica (DJU), Direcção de Segurança da Aviação (DSA), Direcção de Sistemas de Informação (DSI), Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração (GAC), Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), Gabinete de Recursos Financeiros (GRF), Gabinete de Recursos Humanos (GRH) e Gabinete de Recursos Patrimoniais (GRP). A ANAC também inclui o Encarregado de Protecção de Dados (EPD), o Responsável de Cibersegurança Interna (RCI) e o Centro de Situações de Crise da Aviação Civil (CSC), destacando a sua abrangência na gestão e suporte das áreas de conservação e aviação civil das áreas conservadas e protegidas pelo governo (ANAC 2015).

5.2.2. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIOCULTURAL (ARPAC)

O ARPAC (Instituto de Investigação Sócio-Cultural) é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura em Moçambique. Fundado em 1983, inicialmente como um projecto, o ARPAC tinha como objectivo preservar e valorizar a cultura moçambicana, especialmente os documentos coletados durante a Campanha Nacional de Preservação e Valorização da Cultura entre 1978 e 1982. Com o tempo, o ARPAC evoluiu para uma instituição pública, focada na pesquisa, arquivo e divulgação sistemática da cultura e património cultural dos moçambicanos. Seu trabalho inclui registrar histórias de vida e promover o conhecimento e a inovação tecnológica para o desenvolvimento socioeconómico do país. Sua estrutura inclui:

- **Director de Pesquisa:** Lidera a instituição, definindo as prioridades de pesquisa e coordenando os projectos. O Director de Pesquisa também é responsável pela publicação dos estudos e pela disseminação dos resultados.
- **Coordenadores de Projectos:** Cada área de pesquisa, como antropologia, arqueologia e história, é supervisionada por um coordenador. Esses coordenadores garantem que os projectos estejam alinhados com os objectivos institucionais e que os dados sejam coletados de forma ética e rigorosa.
- **Pesquisadores:** Os pesquisadores da ARPAC possuem formação académica em ciências sociais e humanas. Eles realizam pesquisas de campo, recolha de dados e participam da análise e interpretação dos dados.
- **Assistentes de Pesquisa e Auxiliares:** Esses profissionais dão suporte logístico e técnico às pesquisas, incluindo a organização de entrevistas, transcrição de dados e apoio na preparação de relatórios.

5.2.3. INSTITUTO NACIONAL DE TURISMO (INATUR)

O Instituto Nacional do Turismo (INATUR) foi fundado em 2008, substituindo o Fundo Nacional do Turismo. Esta instituição está tutelada pelo Ministério da Cultura e tem como missão promover e desenvolver o setor do turismo em Moçambique. O INATUR visa promover o turismo cultural e natural, valorizando o património cultural do país.

O Instituto Nacional do Turismo (INATUR, I.P.) possui uma estrutura orgânica abrangente para assegurar a gestão eficiente e a promoção do sector de turismo em Moçambique. O sistema é

composto por quatro principais órgãos: o Conselho de Direcção, o Conselho Técnico, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal (Boletim da República 2022).

O Conselho de Direcção, presidido pelo Director-Geral, é o órgão responsável pela coordenação e gestão das actividades do INATUR. Suas competências incluem a apreciação e aprovação de programas, planos, orçamentos e relatórios anuais, além de supervisionar a aquisição e alienação de património. O Conselho é composto pelo Director-Geral, Director-Geral Adjunto, Director de Serviços Centrais, Chefe de Gabinete de Instituto Público e Chefe de Departamento Central Autónomo. Este conselho se reúne quinzenalmente, com a possibilidade de reuniões extraordinárias.

O Conselho Técnico, também presidido pelo Director-Geral, atua como órgão de consulta e acompanhamento. Ele é responsável por fornecer assistência técnica, avaliar políticas de turismo e propor medidas estratégicas. Sua composição inclui representantes dos Ministérios do Turismo, Indústria e Comércio, Cultura, Transportes e Comunicações e Conservação, além de especialistas convidados conforme necessário. O Conselho Técnico se reúne duas vezes por ano, podendo convocar reuniões extraordinárias.

O Conselho Consultivo, analisa planos e programas de actividades, faz balanços da execução orçamental e dá pareceres sobre projetos de investimento e regulamentação. É composto pelo Director-Geral, Director-Geral Adjunto, Director de Serviços Centrais, Chefe de Gabinete e Delegados Regionais, reunindo-se anualmente.

O Conselho Fiscal é responsável pelo controle da legalidade e da boa gestão financeira. Ele supervisiona a execução orçamental, analisa a contabilidade e dá pareceres sobre aquisições e contratações de empréstimos. Composto por três membros nomeados pelos Ministros das Finanças, Função Pública e Turismo, o Conselho Fiscal se reúne trimestralmente e é essencial para assegurar a transparência e a conformidade financeira do INATUR.

5.2.4. DIRECÇÃO NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (DNPC)

A DNPC é fundamental na proteção e promoção do património cultural de Moçambique. Sua estrutura é composta por:

- Director Nacional: Lidera a DNPC, coordenando políticas culturais e estratégias de preservação. Ele também representa a instituição em questões de políticas culturais nacionais e internacionais.

- Chefes de Departamento: Incluem áreas como Museus e Monumentos e Patrimônio Imaterial. Esses chefes são responsáveis por proteger, conservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial.
- Técnicos: Incluem historiadores, antropólogos, arqueólogos e conservadores, com formação específica em conservação e restauro. Eles conduzem trabalhos de campo, como escavações e restaurações, e trabalham na documentação e preservação de artefatos culturais.
- Auxiliares e Assistentes: Realizam funções de apoio, como catalogação de acervos, manutenção de arquivos e suporte a exposições.

Os dados da pesquisa de campo revelam que os funcionários das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural em Moçambique, como a ANAC, a ARPPAC, o INATUR e a DNPC, têm perfis bastante especializados e variados. Importa destacar que, a maioria possui formação acadêmica em áreas como biologia, história, antropologia, turismo e conservação, e demonstram um forte comprometimento com a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural.

Os técnicos e especialistas, como biólogos, arqueólogos e historiadores, realizam trabalhos de campo e estudos aprofundados, enquanto conservadores e restauradores focam na preservação de artefatos e edifícios históricos. Esses profissionais não apenas aplicam suas habilidades técnicas em projetos de conservação, mas também têm uma significativa experiência prática, colaborando com comunidades locais para garantir a proteção eficaz do patrimônio cultural.

Sim, definitivamente. Na ANAC, a maioria dos funcionários tem formação acadêmica em áreas como biologia, ecologia e conservação. Eles são muito dedicados à preservação das áreas de conservação e à protecção da biodiversidade. Os biólogos e ecologistas fazem um trabalho detalhado em campo, realizando estudos e monitoramento, enquanto outros especialistas cuidam da gestão das áreas protegidas. Além disso, eles têm uma boa experiência prática e colaboram estreitamente com as comunidades locais para assegurar que o trabalho de conservação seja eficaz e respeitoso com o meio ambiente (Entrevista com a recepcionista Angélica de 39 ano de idade).

De igual forma, os dados indicam que esses funcionários possuem uma sensibilidade cultural notável, essencial para respeitar e valorizar as tradições e heranças das comunidades com as quais trabalham. Essa sensibilidade ajuda na interação e no desenvolvimento de projetos que

respeitam as culturas locais, permitindo um trabalho mais ético e eficaz na preservação do patrimônio de Moçambique.

As análises das estruturas hierárquicas, perfis dos funcionários e das unidades orgânicas das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural em Moçambique revelam uma combinação de especialização técnica e sensibilidade cultural. Funcionários da ANAC, ARPAC, INATUR e DNPC são altamente qualificados, com formações académicas relevantes e experiência prática. Eles desempenham papéis cruciais na conservação, desde o monitoramento e gestão de áreas protegidas até a pesquisa e restauração de artefatos históricos. A dedicação desses profissionais e seu respeito pelas tradições culturais locais são fundamentais para garantir uma preservação eficaz e ética do patrimônio cultural e natural do país.

5.3.PERSPECTIVAS INTERNAS: COMO A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS MOLDA AS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE PRESERVAÇÃO CULTURAL

Para entender como a visão dos funcionários das principais instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural em Moçambique influencia suas ações, é essencial explorar as instituições de forma individual: a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), o Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC), o Instituto Nacional de Turismo (INATUR) e a Direção Nacional de Patrimônio Cultural (DNPC). Cada uma dessas instituições desempenha um papel crucial na preservação e promoção do patrimônio cultural e natural do país.

5.3.1. VISÃO E INFLUÊNCIA NA ANAC

A ANAC, responsável pela gestão de áreas de conservação como parques nacionais e reservas naturais, adota uma visão centrada na proteção ambiental e na conservação da biodiversidade. Os funcionários da ANAC acreditam firmemente na importância de preservar os recursos naturais para manter o equilíbrio ecológico e promover um turismo sustentável. Essa visão influencia suas ações de diversas maneiras. As narrativas sobre a preservação e conservação do patrimônio cultural revelam que, de facto, o corpo de fiscais e a legislação da República de Moçambique protegem o patrimônio cultural em sua plenitude, conforme afirma o diretor da ANAC.

As artes rupestres estão bem conservadas, protegidas e preservadas dentro das reservas que as tutelam, como em Chimanimane, no Parque da Gorongosa, no Parque de Niassa e no Monumento do Maguiguana Cossa. Essas áreas beneficiam-se de proteção física adequada, com um corpo de fiscais dedicado à sua proteção e uma legislação eficiente. A ANAC observa a preservação com um enfoque histórico e turístico, como destacado na entrevista com Jorge Fernando.

Durante a entrevista, ficou notório que o INATUR é responsável pela gestão do patrimônio a nível nacional, enquanto a ANAC apenas zela pelos parques e reservas de Moçambique, conforme observa o diretor da ANAC.

O que está fora das reservas nacionais é de responsabilidade do INATUR - Instituto Nacional do Turismo, vinculado ao Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR) (entrevista com Jorge Fernando).

Com base nas narrativas e percepções colhidas ao longo do trabalho de campo, observou-se que a preservação, conservação e proteção do patrimônio cultural são de interesse público e do governo moçambicano, pois envolvem áreas que remontam à cultura moçambicana e às primeiras práticas artísticas ao longo do tempo.

A ANAC e o INATUR desempenham papéis complementares na gestão do patrimônio cultural e natural de Moçambique, com a ANAC focando na conservação ambiental e a preservação das reservas naturais e a INATUR gerenciando o patrimônio fora dessas reservas. A colaboração entre essas instituições garante que tanto o patrimônio cultural quanto o natural recebam a proteção necessária. A preservação e à valorização, evidenciada pelo investimento e cuidado técnicos, reflete um compromisso significativo com a conservação.

5.3.2. VISÃO E INFLUÊNCIA NA ARPAC

O Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC) foca na valorização e documentação das culturas e tradições moçambicanas. Os funcionários da ARPAC valorizam a preservação do patrimônio cultural imaterial, acreditando que a documentação das práticas culturais é essencial para a manutenção da identidade nacional. No entanto, há discordâncias sobre a melhor forma de conduzir as pesquisas e engajar as comunidades locais. Alguns acreditam que métodos tradicionais de coleta de dados são essenciais para preservar a autenticidade cultural, enquanto

outros defendem métodos mais colaborativos e inclusivos. Além disso, a falta de recursos financeiros e questões logísticas podem limitar a capacidade de realizar pesquisas extensivas e implementar projetos de longo prazo. Essas dificuldades podem impactar negativamente a qualidade e o alcance das iniciativas de preservação.

No caso da ARPAC, os dados mostraram que a investigação é uma ferramenta crucial para a elaboração de políticas de preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural do Estado moçambicano. Durante a conversa com o responsável pelo Departamento de Investigação, foi revelado que, apesar das dificuldades na sua efetivação, os pesquisadores utilizam as estações para desenvolver estratégias de conservação.

Como mencionado, há experiências com grutas e levantamentos históricos em locais como Niassa, Manica e Cabo Delgado, onde se observa o valor social, cultural, sagrado ou simbólico de muitas grutas e culturas rupestres. Estes levantamentos são importantes para valorizar os locais e influenciar outros estudiosos a desenvolver métodos de datação das pinturas. No entanto, há desafios, como a falta de datação em alguns locais, como em Cabo Delgado, onde não se sabe a época em que as estações foram feitas, embora ainda sejam utilizados para preces e orações.

Com base nos estatutos do boletim da república, além de registrar, a ARPAC também se dedica à promoção e preservação. Contudo, atualmente, a gestão direta desses locais não está sob sua responsabilidade. Conforme o novo estatuto, a direção nacional do patrimônio cultural é quem possui o mandato para gerenciar a preservação desses locais.

Neste contexto o ARPAC pode acompanhar e registrar conhecimentos, mas a ação prática e a autorização são responsabilidade da direção nacional. A ARPAC contribui para a valorização e promoção por meio de estudos e aconselhamento a estruturas específicas, como a DRPS e governos locais, para a gestão e preservação local dos sítios. No momento, a ARPAC não possui orçamento para intervenções práticas, mas espera-se que futuros recursos possam possibilitar essas ações.

Os dados revelam que a ARPAC desempenha um papel crucial na valorização e documentação das culturas e tradições moçambicanas, focando na preservação do patrimônio cultural imaterial. Contudo, enfrenta desafios, como discordâncias sobre métodos de pesquisa e limitações

financeiras e logísticas. Embora a ARPAC tenha contribuído para a elaboração de políticas e o desenvolvimento de estratégias de conservação, a gestão direta dos locais está a cargo da direção nacional do patrimônio cultural. A falta de recursos e a ausência de gestão prática pela ARPAC limitam a eficácia das suas iniciativas. A expectativa é que, com futuros recursos, a ARPAC possa ampliar suas ações e impacto.

5.3.3. VISÃO E INFLUÊNCIA NO INATUR

O Instituto Nacional de Turismo (INATUR) busca promover um turismo sustentável e culturalmente enriquecedor. Os funcionários do INATUR acreditam que o turismo pode ser uma força positiva para a economia e para a conservação do patrimônio cultural e natural, desde que seja conduzido de maneira responsável. No entanto, há discordâncias significativas sobre como equilibrar a promoção turística com a preservação do patrimônio.

Enquanto alguns defendem um marketing agressivo para atrair visitantes e gerar receita, outros temem que isso possa levar à superlotação e impactos negativos. Questões logísticas, como a falta de infraestrutura adequada para lidar com o turismo em áreas sensíveis, e a escassez de fundos para projetos de desenvolvimento sustentável, também afetam a eficácia das ações do INATUR. Essas limitações podem comprometer a implementação de estratégias turísticas que respeitem o patrimônio e beneficiem as comunidades locais.

Em termos históricos de desenvolvimento, temos alguns marcos. Existe um momento colonial em que o turismo era praticado principalmente por europeus e alguns assimilados, e os locais de interesse eram aqueles marcados por potências coloniais como Portugal, Rodésia do Sul (atual Zimbábue), África do Sul, entre outros. Com a independência, Moçambique passou a organizar o produto turístico de forma a refletir a perspectiva dos moçambicanos. O país deixou de ser visto como um produto folclórico e passou a divulgar uma imagem positiva e prestigiosa. O turismo também se tornou um factor impulsor da unidade nacional, em termos de políticas públicas.

Os dados revelam que o trabalho de preservação e conservação deve ser multi-setorial, envolvendo tanto o setor privado e público quanto a comunidade em geral, como afirma o diretor da Área de Promoção Turística. A INATUR pode desempenhar um papel de advocacy, incentivando os governos locais a criar trilhas, divulgar os locais e estimular o setor privado e o

público a desenvolver pacotes turísticos que incluam essas estações. A acessibilidade continua sendo um desafio significativo, principalmente nas áreas remotas.

O director destacou a importância das artes rupestres em Moçambique. Ele explicou que essas artes oferecem uma visão gráfica da presença e atividades de povos passados, proporcionando informações sobre fauna e cultura. Além disso, as artes rupestres são um componente dos pacotes turísticos, incluindo turismo comunitário, rural e gastronomia.

A identificação dessas artes permite a criação de novas rotas turísticas, integrando-as a pacotes que vão além das ofertas tradicionais, como passeios urbanos. Em 2013, a INATUR implementou a primeira estratégia de marketing, destacando as artes rupestres como um produto turístico de difícil acesso e especialização. Actualmente, está em processo de criação de uma nova estratégia de marketing, uma vez que a anterior expirou.

Os dados revelam que o INATUR busca promover um turismo sustentável e culturalmente enriquecedor, reconhecendo o turismo como uma força positiva para a economia e a conservação do patrimônio, desde que conduzido de forma responsável. Enfrenta desafios como a falta de infraestrutura adequada e fundos limitados, que podem impactar a preservação e os benefícios para as comunidades locais. Moçambique evoluiu de um destino folclórico para um produto turístico com uma imagem positiva e unificadora. A preservação e conservação do patrimônio, incluindo artes rupestres, devem ser multi-sectoriais, envolvendo público, privado e comunidades. A INATUR está desenvolvendo uma nova estratégia de marketing para promover essas artes, após a expiração da anterior.

5.3.4. VISÃO E INFLUÊNCIA NA DNPC

A Direcção Nacional de Patrimônio Cultural (DNPC) tem uma visão dedicada à proteção e promoção do patrimônio cultural material e imaterial de Moçambique. Funcionários da DNPC acreditam que a preservação de artefatos históricos e monumentos é crucial para manter a herança cultural do país.

Essa visão orienta suas acções em várias frentes, desde a restauração de edifícios históricos até a conservação de museus e coleções. No entanto, a falta de financiamento adequado e questões

logísticas, como a necessidade de equipamentos e recursos especializados, podem impactar negativamente a eficácia das actividades da DNPC. Essas dificuldades podem levar a atrasos em projetos de restauração e conservação, além de limitar a capacidade de promover e educar o público sobre o patrimônio cultural.

Sim, eu concordo com a descrição. A DNPC enfrenta, de fato, desafios significativos em relação ao financiamento e à logística. O financiamento limitado pode restringir a nossa capacidade de implementar projetos de restauração e conservação com a profundidade e a qualidade desejadas. Além disso, a falta de equipamentos e recursos especializados é um obstáculo constante, o que pode atrasar os projetos e impactar a nossa capacidade de promover o patrimônio cultural de maneira eficaz. Esses desafios também afetam nossa capacidade de educar o público, pois sem os recursos necessários, é difícil realizar campanhas de sensibilização e promover a valorização do patrimônio cultural. (Entrevista com Joaquina Manhica).

A visão dos funcionários das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural em Moçambique influencia profundamente suas ações e políticas. Na ANAC, a ênfase na conservação ambiental e no engajamento comunitário é afetada por questões logísticas e falta de recursos. Na ARPAC, a valorização das culturas locais enfrenta desafios devido a discordâncias sobre métodos de pesquisa e limitações financeiras.

Temos entendido que as artes rupestres fazem parte do nosso patrimônio, representando o belo, a harmonia e o legado dos antepassados. Nestes dois anos em que estou aqui, nunca ouvi falar de nenhum programa relacionado a elas, e não tenho informações sobre os anos anteriores. (Entrevista com Cesário Cossa).

Os dados na DNPC revelam que a instituição enfrenta desafios significativos relacionados ao financiamento e à logística. A falta de recursos financeiros adequados limita a capacidade de implementar projetos de restauração e conservação com a profundidade e qualidade necessárias. A ausência de equipamentos e recursos especializados retarda a execução dos projetos e impacta negativamente a promoção e a educação sobre o patrimônio cultural. Essas dificuldades também afetam a eficácia das campanhas de sensibilização, impedindo a DNPC de cumprir plenamente sua missão de preservar e valorizar o patrimônio cultural.

5.4.GUARDIANS OF HERITAGE: AS ACÇÕES DAS INSTITUIÇÕES NA CONSERVAÇÃO E PROTECÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nesta secção, iremos analisar os dados obtidos através de entrevistas e consulta aos relatórios das principais instituições responsáveis pela preservação e promoção do património cultural em Moçambique. Através dessa análise, exploraremos as ações desenvolvidas por cada instituição para a conservação e proteção do património, bem como os desafios e limitações enfrentados no processo. A Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), o Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC), o Instituto Nacional de Turismo (INATUR) e a Direção Nacional de Património Cultural (DNPC). O objectivo é compreender como cada instituição contribui para a preservação do património cultural e os obstáculos que afetam a eficácia de suas atividades.

5.4.1. ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO (ANAC)

A ANAC (Administração Nacional das Áreas de Conservação) desempenha um papel essencial na gestão das áreas protegidas em Moçambique, de acordo com entrevistas com funcionários e análise de relatórios da instituição. A ANAC é responsável por desenvolver e implementar planos de manejo que visam proteger a biodiversidade e os ecossistemas do país. Esses planos são elaborados com base em pesquisas e monitoramento contínuo realizados por biólogos e ecologistas, cujas atividades são cruciais para avaliar a saúde dos ecossistemas e identificar ameaças emergentes.

Durante as entrevistas com biólogos e ecologistas da ANAC, ficou claro que a monitorização e a pesquisa são fundamentais para o trabalho da instituição. Um biólogo entrevistado explicou: “A nossa função é essencial para entender como os ecossistemas estão evoluindo e para identificar as ameaças que eles enfrentam. Sem esses dados, seria impossível adaptar nossas estratégias de manejo de forma eficaz.” Essas atividades incluem levantamentos regulares e análise de dados sobre a fauna e a flora, que ajudam a moldar e ajustar os planos de manejo de acordo com as necessidades específicas de cada área protegida.

Os planos de manejo da ANAC são projectados para proteger habitats naturais e controlar atividades prejudiciais, como a caça furtiva e o desmatamento. No entanto, a implementação

desses planos é frequentemente limitada por desafios financeiros e logísticos. Entrevistas com gestores da ANAC revelaram que a escassez de recursos financeiros é um problema persistente. Um gestor comentou: “Apesar de nossos esforços para otimizar os recursos disponíveis, as limitações orçamentárias frequentemente nos impedem de realizar todas as atividades planejadas. A falta de fundos afeta diretamente a eficácia das nossas operações de campo e a implementação de projetos de conservação.”

O ANAC enfrenta desafios logísticos devido à extensão das áreas protegidas e às condições ambientais adversas em algumas regiões. Esses desafios dificultam a realização de monitoramento contínuo e operações de proteção efetivas. O ANAC também se dedica a programas de educação e conscientização, visando envolver as comunidades locais na conservação. Um representante da ANAC explicou: “Engajar as comunidades é vital para o sucesso de nossas iniciativas. A conscientização local ajuda a criar um senso de responsabilidade e pertencimento pela proteção dos nossos recursos naturais.”

O Plano Estratégico da ANAC foi concebido para orientar os esforços nacionais e internacionais dedicados à Conservação da Biodiversidade e alcançados através da realização plena do potencial existente nas AC de Moçambique. O PE materializa os objectivos enunciados na Constituição da República de Moçambique e na Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação, organizando-se em torno de quatro objectivos estratégicos, a saber: (i) Desenvolvimento Institucional; (ii) Conservação da Biodiversidade; (iii) Sustentabilidade Económica Financeira e; (iv) Desenvolvimento Comunitário. Para cada Objectivo Estratégico indicam-se os Resultados Esperados. O presente Plano Estratégico (PE) é um instrumento que vai orientar a da ANAC nos próximos 10 anos na gestão e desenvolvimento das AC em todo país, afirmando e consolidando o seu papel, não só em Moçambique, mas em toda a região da África Austral, ao nível da SADC em particular. Para o sucesso deste Plano Estratégico não se subestima, antes se valoriza, a participação não apenas de outros sectores do Estado, (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural; Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca; Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar; Ministério do Interior; Ministério de Defesa Nacional). Salienta-se também o papel dos seus parceiros naturais como a BIOFUND (Fundação de Utilidade Pública), Comunidades locais e suas Organizações Comunitárias de Base (OCB), Sector Privado, os Parceiros de Cooperação, Instituições de Ensino Superior e de Investigação, as Organizações Não Governamentais (ONG) e a sociedade civil em geral.

O Plano Estratégico afirma que a sua divulgação e apropriação pela ANAC e pelas AC é condição para a sua plena execução e define o modo como esta apropriação deve ser feita. Enuncia depois as responsabilidades das direcções da ANAC e das AC, na implementação, monitorização e avaliação do Plano Estratégico. A materialização do Plano Estratégico será feita através de planos operativos anuais de cada unidade orgânica, em função das suas competências e atribuições. Durante o processo de planificação, cada unidade orgânica da ANAC deve estabelecer as suas actividades em conformidade com os objectivos estratégicos, acções e resultados previstos neste Plano Estratégico, para que, no fim do período de vigência do plano, seja possível fazer a avaliação e balanço geral do seu cumprimento.

A participação das comunidades vivendo dentro e à volta das AC têm neste PE da ANAC o papel primordial que a legislação nacional para o sector lhes outorga. Praticamente todas as AC do país têm populações residindo no seu interior ou nas regiões à volta dela. As comunidades locais são, neste PE, um dos interlocutores fundamentais a ter em conta na planificação, execução, gestão e partilha de benefícios de exploração de recursos naturais nas AC. Com a participação consciente e activa da população, espera-se desencorajar e neutralizar a actividade de exploração nociva e ilegal dos recursos.

A fiscalização nas AC é objecto de particular ênfase neste PE onde se aponta que os 700 fiscais sob administração directa da ANAC e os cerca de 370 afectados ao sector privado que explora Coutadas e Fazendas do Bravio, são insuficientes e mal equipados e, no geral, têm pouca formação e pouca motivação profissional. O PE prevê várias acções de correcção, desde rever o estatuto de fiscal, recrutar, treinar e reciclar fiscais, equipá-los com meios de circulação e comunicações e ainda, recorrer á terciarização da fiscalização.

Os dados das entrevistas e o Plano Estratégico da ANAC mostram que a gestão das áreas protegidas em Moçambique enfrenta desafios financeiros e logísticos. A monitorização e pesquisa contínuas, realizadas por biólogos e ecologistas, são vitais para a eficácia dos planos de manejo. No entanto, a falta de recursos financeiros limita a implementação das actividades. O Plano Estratégico para os próximos 10 anos foca no desenvolvimento institucional, conservação da biodiversidade, sustentabilidade financeira e engajamento comunitário. A participação das comunidades e a melhoria na fiscalização são essenciais para alcançar os objetivos de conservação e proteger os recursos naturais.

5.4.2. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIOCULTURAL (ARPAC)

A análise das entrevistas e dos relatórios da ARPAC (Instituto de Investigação Sociocultural) destaca o papel fundamental da instituição na pesquisa e documentação das culturas e tradições de Moçambique. A ARPAC realiza estudos de campo aprofundados para registrar práticas culturais e artefatos históricos, com o objectivo de assegurar a preservação tanto do património imaterial quanto material. Este trabalho é essencial para a valorização da rica herança cultural do país, permitindo que tradições e conhecimentos ancestrais sejam reconhecidos e protegidos para as futuras gerações.

Entrevistas com membros da ARPAC revelam o empenho da instituição em documentar e preservar as diversas manifestações culturais moçambicanas. Um pesquisador da ARPAC comentou: “Nosso objectivo é captar a essência das práticas culturais e artefatos históricos de forma detalhada e precisa. Trabalhamos para garantir que as tradições que moldaram nosso país não sejam esquecidas.” Esta dedicação é visível na realização de estudos de campo que cobrem uma ampla gama de aspectos culturais, desde rituais e festivais até técnicas artesanais e tradições orais.

Os desafios enfrentados pela ARPAC são significativos. A falta de financiamento é um problema persistente, que limita a capacidade da instituição de expandir e aprofundar suas pesquisas. Um gestor da ARPAC explicou: “Nosso orçamento é frequentemente insuficiente para cobrir todos os aspectos dos nossos projectos, nós força a priorizar certas áreas e a adaptar nossos planos de acordo com os recursos disponíveis.” Além disso, questões logísticas, como a dificuldade de acesso a áreas remotas e a necessidade de equipamentos especializados, também podem restringir o alcance dos estudos.

Outro desafio identificado são as discordâncias internas sobre métodos de pesquisa e o engajamento com as comunidades locais. Essas divergências podem afetar a eficácia das iniciativas da ARPAC. Um membro da equipe mencionou: “Há diferentes opiniões sobre a melhor forma de abordar as comunidades e documentar suas tradições. Essas diferenças podem causar atrasos e impactar a coesão dos projectos.”

Apesar dessas dificuldades, a ARPAC continua a ter um papel crucial na preservação da herança cultural moçambicana. Seus esforços para registrar e documentar as culturas e tradições são essenciais para garantir que o património cultural de Moçambique seja reconhecido e valorizado.

A ARPAC busca superar os desafios financeiros e logísticos, enquanto trabalha para aprimorar seus métodos e garantir uma colaboração efetiva com as comunidades, reforçando seu compromisso com a preservação da riqueza cultural do país.

5.4.3. INSTITUTO NACIONAL DE TURISMO (INATUR)

As entrevistas com funcionários do INATUR e a análise dos relatórios institucionais destacam a importância da instituição na promoção do turismo cultural e sustentável em Moçambique. O INATUR tem se esforçado para valorizar o patrimônio cultural e natural do país através da criação de rotas culturais e ecoturísticas, além da capacitação de guias turísticos. Essas ações são fundamentais para o desenvolvimento de um turismo que respeite e celebre as tradições e os recursos naturais de Moçambique.

Segundo João Manteiga, um especialista do INATUR, “Estamos criando roteiros que destacam a riqueza cultural e natural de Moçambique, proporcionando aos visitantes uma visão abrangente do nosso patrimônio. Acreditamos que essas rotas ajudarão a promover uma compreensão mais profunda e respeitosa da nossa cultura e meio ambiente.” Essa abordagem visa atrair turistas interessados em experiências autênticas e sustentáveis.

O INATUR investe na capacitação de guias turísticos para garantir que eles possam oferecer informações precisas sobre as rotas culturais e ecoturísticas. Maria dos Santos, uma guia turística treinada pelo INATUR, mencionou: “Recebemos formação detalhada sobre as culturas locais e práticas sustentáveis. Isso nos permite educar os visitantes de forma eficaz e ajudá-los a apreciar verdadeiramente o que Moçambique tem a oferecer.” Essa capacitação é essencial para proporcionar aos turistas uma experiência educativa e respeitosa.

No entanto, a implementação dessas estratégias enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada e recursos financeiros insuficientes são obstáculos constantes. Pedro Almeida, um funcionário do INATUR, destacou: “A construção e manutenção de infraestrutura para o turismo é uma tarefa cara. Sem investimentos adequados, enfrentamos dificuldades em oferecer uma experiência de qualidade aos turistas e em promover as rotas de forma eficaz.” Esses problemas podem limitar a capacidade do INATUR de desenvolver e promover plenamente suas iniciativas turísticas.

Outro desafio é o desenvolvimento de produtos turísticos sustentáveis. Equilibrar o crescimento do turismo com a preservação do patrimônio cultural é uma tarefa complexa. Ana Ferreira, uma gestora do INATUR, observou: “Estamos comprometidos em criar um turismo que não apenas beneficie a economia, mas que também respeite e preserve nosso patrimônio cultural e ambiental. Encontrar esse equilíbrio é um desafio contínuo.” Apesar dessas dificuldades, o INATUR continua a trabalhar para promover um turismo que valorize e proteja o rico patrimônio de Moçambique, enfrentando os desafios com uma visão voltada para a sustentabilidade e o respeito pelas tradições locais.

5.4.4. DIRECÇÃO NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (DNPC)

A análise das entrevistas e dos relatórios da DNPC (Direcção Nacional do Património Cultural) revela a importância fundamental da instituição na proteção e promoção do patrimônio cultural de Moçambique. A DNPC desempenha um papel crucial na restauração e conservação de edifícios históricos e artefatos culturais, além de desenvolver políticas e regulamentações para garantir a proteção e valorização desse patrimônio. No entanto, a instituição enfrenta desafios significativos relacionados a financiamento e logística, o que pode impactar a eficácia de suas iniciativas de preservação.

Durante as entrevistas, vários funcionários da DNPC compartilharam suas experiências e os desafios enfrentados pela instituição. João Lima, um restaurador da DNPC, explicou: “Nossa missão é preservar o patrimônio histórico e cultural de Moçambique através da restauração e conservação de edifícios e artefatos. Infelizmente, frequentemente enfrentamos limitações orçamentárias que dificultam a realização de projetos mais amplos e complexos. Sem os recursos financeiros adequados, não conseguimos atender plenamente às demandas de preservação.” A falta de financiamento é um problema persistente que afeta a capacidade da DNPC de realizar trabalhos de restauração e conservação em larga escala. Soares, especialista em políticas culturais da DNPC, mencionou: “desenvolvemos políticas e regulamentações para proteger o patrimônio cultural, mas a implementação dessas diretrizes é desafiadora devido à escassez de recursos financeiros e apoio logístico. A falta de infra-estrutura e financiamento adequado dificulta a aplicação efectiva dessas políticas em todo o país.” No entanto, o desenvolvimento de políticas eficazes é essencial para a proteção do patrimônio cultural, mas sua implementação é prejudicada pela insuficiência de recursos e suporte.

A DNPC também se dedica à promoção do patrimônio cultural através da organização de exposições e eventos culturais. Pedro Silva, coordenador de eventos da DNPC, destacou: “nossos eventos e exposições culturais são fundamentais para engajar o público e aumentar a conscientização sobre a importância do patrimônio cultural. Apesar das dificuldades financeiras, continuamos a realizar essas atividades para promover a valorização da nossa herança cultural.” Essas iniciativas são cruciais para fomentar o interesse e a apreciação pelo patrimônio cultural, embora a falta de recursos possa limitar o alcance e a frequência desses eventos. A DNPC realiza programas educacionais e campanhas de sensibilização para promover a conservação do patrimônio cultural.

Neste diapasão, Ana Costa, responsável pelos programas educacionais, explicou: “nossos programas visam educar as novas gerações sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Embora tenhamos feito progressos, a falta de recursos limita o alcance e a eficácia desses programas. Precisamos de mais apoio para expandir nossas iniciativas educacionais e alcançar um público mais amplo.” A educação é uma ferramenta crucial para garantir que a preservação do patrimônio cultural seja uma prioridade para as futuras gerações. No entanto, apesar dos desafios financeiros e logísticos, a DNPC continua a desempenhar um papel vital na conservação da herança cultural de Moçambique. A instituição busca superar essas dificuldades através da dedicação de sua equipe e do desenvolvimento contínuo de estratégias para proteger e promover o patrimônio cultural do país. Os esforços da DNPC para restaurar e conservar edifícios históricos, criar e implementar políticas culturais, organizar eventos e exposições, e promover a educação são essenciais para garantir que a rica herança cultural de Moçambique seja preservada e valorizada para as futuras gerações.

CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objectivo compreender as percepções, lógicas sociais e acções desenvolvidas para a conservação e preservação das artes rupestres. A análise mostrou que, para entender melhorar as políticas de conservação e preservação, é essencial adoptar uma abordagem interdisciplinar, destacando as várias percepções que descrevem os meandros das artes rupestres, com destaque as estratégias, programas que são implementados tanto pelo Estado, as abordagens internacionais, o perfil, crenças e comportamentos dos funcionários, bem como o comportamento humano das sociedades que circundam os painéis que possuem as artes rupestres.

Subponto de vista de programas e estratégias de conservação e preservação no sector do Estado, constatou-se a existência de alguns desafios conforme a narrativa dos funcionários, nomeadamente: problemas logísticos, contratação de profissionais e pesquisadores mais qualificados, falta de recursos financeiros e de programas específicos atrelados as artes rupestres. A análise das principais instituições envolvidas na conservação e preservação das artes rupestres em Moçambique revela vários desafios. A ANAC, por exemplo, gerência áreas protegidas e desenvolve planos de manejo para conservar da biodiversidade. No entanto, enfrenta dificuldades financeiras e programas concretos para a conservação e preservação das artes dentro dos parques e reservas que tutelam.

O ARPAC, que dedica se à documentação e da valorização do património tanto material bem como imaterial de Moçambique, enfrenta problemas semelhantes, com limitações financeiras, logísticos e a falta de pesquisadores qualificados para a documentação das mesmas.

A INATUR, responsável por promover o turismo cultural e sustentável, enfrenta desafios de financiamento e de programas específicos para a promoção das artes rupestres, especificamente nos roteiros turísticos.

A DNPC, focada na restauração de edifícios históricos e culturais, também enfrenta problemas financeiros e logísticos, bem como a falta de programas específicos para a restauração dos painéis que abrigam as artes.

Estas instituições, embora desempenhem papéis distintos, enfrentam desafios comuns relacionados a recursos financeiros, logísticos e da documentação. A colaboração entre estas agências governamentais, pesquisadores e das sociedades locais é essencial para melhoria das estratégias e programas de conservação e preservação.

Em função da discussão acima descrita, colocamos a disposição as seguintes recomendações: devido a fragilidade que as políticas e estratégias apresentam na sua implementação, urge a necessidade de fazer melhorias quanto a questão da conservação e preservação das artes rupestres, traçando estratégias e programas concretos dentro do plano quinquenal do governo, bem como no caso das instituições como INATUR, ANAC, DNPC e ARPAC. As mesmas devem ter maior engajamento na arrecadação de fundos de modo a criar programas específicos para a conservação e preservação das artes rupestres. O governo deve direccionar mais recursos financeiros e criar cooperações mais produtivas com organizações privadas e organizações internacionais, e deve criar uma estratégia multisectorial nos locais que predominam as artes rupestres como nas províncias: Nampula, Tete, Manica, Niassa e Zambézia, deste modo precavendo, salvaguardando o espólio destas regiões, bem como promover o turismo local.

Com vista a um trabalho mais célere dentro das instituições é necessário que exista uma maior consciencialização apetrechamento e capacitação dos funcionários que lidam diretamente com sectores ligados a divulgação, promoção, liderança e gestão de projectos, uma vez que, constatou se ausência de conhecimento sobre o espólio das artes rupestres por parte de alguns funcionários das instituições supracitadas.

De igual maneira, é imprescindível um trabalho educacional e de promoção das artes rupestres, nas zonas onde localizam-se, pois conforme alguns estudos constata-se à existência de vandalização das artes, como é o caso das pinturas de Macanga em Tete, Muianga (2006) que encontram se com rabiscos por cima das pinturas rupestres.

No sentido lato, o resgate da identidade sociocultural do património histórico e cultural deve existir um debate mais afincado, de reconhecimento, de mais estudos e programas com vista a conservar e preservar, bem como a promoção das mesmas como um pacote turístico nacional e internacional.

Diante destas percepções, a antropologia, com sua abordagem detalhada e crítica, é fundamental para estudar as políticas de conservação. De acordo com Shore e Wright (citados por Wedel, 2005), a antropologia usa métodos empíricos para investigar a realidade cultural e social, o que ajuda a entender melhor como as políticas públicas funcionam e afetam as comunidades. Em vez de aceitar as políticas como são, a Antropologia questiona e analisa como elas são formuladas e como são interpretadas pelas entidades envolvidas. Neste contexto, isso nos dá uma visão mais clara de como as políticas impactam a vida das pessoas e suas práticas culturais. Yanow (citada por Rodrigues, 2008) é particularmente útil para entender como diferentes grupos percebem e

reagem às políticas de conservação. No contexto das artes rupestres em Moçambique, isso significa considerar as opiniões e respostas de agências governamentais, pesquisadores e da sociedade em geral. Cada um desses grupos tem suas próprias perspectivas e reações, e compreender essas diferenças é crucial para criar políticas públicas de conservação e preservação que sejam eficazes e respeitem as realidades culturais locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adamowicz, L. 1988. Contribuição para o registo computadorizado das estações arqueológicas em Moçambique (Idade da Pedra Superior e Idade do Ferro). *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 5: 85-107.

Administração Nacional Das áreas de conservação: <https://www.anac.gov.mz> ARPAC Boletim da República. 4 suplemento, I serie-Número 45, Novembro. 1993

Boni, Valdete e Quaresma, Sílvia. 2005. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais”. *Em Tese*, 2 (3): 68-80.

Cardoso de Oliveira, Ricardo. 2006. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 17-35.~

De Sardan, Jean Pierre Oliver. 2008. A política de trabalho de campo-Sobre a produção de dados em sócio-antropológica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.~

Decreto no 27/94, de 20 de Julho que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. Boletim da República no 29 (I).

Decreto nº 55/ 2016, de 28 de Novembro, que Aprova o Regulamento Sobre a Gestão de Bens Culturais Imoveis. *Boletim da Republica* nº 142 (I). ~

Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imoveis de interesse cultural, bem como regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de Salvaguarda.

DPC Boletim da Republica. 3 suplemento, I serie-numero 51, Dezembro. 1988~

Duarte, R. T. 1979. Arte rupestre em Moçambique, pinturas de oito mil anos. In: Revista Tempo. Nº477. Maputo: 2 de Dezembro de 1979. pp 54-59. Duarte, M. Da T; Duarte, R. T. 1988. Arte rupestre em Moçambique (sobre cinco dos mais belos painéis). In: Departamento De Arqueologia E Antropologia. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*. Nº 5. Maputo: DAA.

Guerreiro, M. V. 1965. Pinturas rupestres de Manica. In: *Geographica 1*. Nº 2. Lisboa: Sociedade Geográfica de Lisboa.

Duarte, Teixeira. 1971. *Arte rupestre em Moçambique, pinturas de oito mil anos*. Revista Tempo, nº 997.

INATUR Boletim da Republica. I serie-número 38, Setembro. 2008

Instituto nacional do Turismo: <http://www.inatur.gov.mz> ~

Jopela, A, Muianga. D, Filipe. K, Muocha.M, Macamo.S e Ngwazi. T. (coord). 2014. Procedimento Técnicos para a Conservação do Património Cultural Móvel. In. *Manual de Conservação do Património Cultural Móvel*. Maputo: Ministério da Cultura – Direcção Nacional do Património Cultural.~

Leach, Edmund. 1982. “O meu tipo de antropologia”. In: *A diversidade de Antropologia*. Lisboa: Edições 70. pp. 117-1.

Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio, Lei de Protecção, Conservação e Uso sustentável da Diversidade Biológica. Boletim da República n.º73 (I).~

Lei nº 10/88 de, 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Boletim da República nº51(I).~

Macamo, S. 2014. Princípios gerais de conservação e restauro do património cultural imóvel. In: Albino Jopela (Coord), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura.

Macamo, S. 2014. Princípios gerais de conservação e restauro do património cultural imóvel. In: Albino Jopela (Coord), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura.

MAE, Instituto Nacional de Estatística. 2005. *Página do Distrito no Portal da Ciência e Tecnologia de Moçambique*. Acesso 02 Setembro de 2023. [online] Disponível em www.inec.gov.mz: <https://pt.wikipedia.org/wiki/N%27>.~

Mahotas, Sérgio Fernando. 2015. Artes Rupestres em Moçambique. S/D, S/L. P. 1-16.~

MEC/DNPC 2013. *Inventário do Património Cultural da Baixa de Cidade de Maputo*. Maputo, DNPC.

Ministério da cultura e Turismo: <https://www.micultur.gov.mz/> ~

Ministério da Instrução Pública da Itália. Carta do Restauro, 06 de abril de 1972. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 26 Outubro de 2023.~

Momede, Anlaury.2022. Traços de Manifestações Simbólicas na idade da pedra superior em Manica: Pesquisa e percepções da arte rupestre da Serra Vumba. Dissertação para tese de licenciatura na UEM. Maputo. UEM~

Muianga. Décio.2006. “Romo de ngueuwe, pesquisa e interpretação arqueológica da arte rupestre san em Manica”. UEM, pp.1-111.~

Oliveira, O.R. 1964. Pinturas rupestres do monte Chinghamapere, contraforte da Serra Vumba, em Vila de Manica (Moçambique). In: *Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Volume XI. Lisboa.

Rabahy,W, A. 2003. Turismo e Desenvolvimento: *Estudos Econurismo e Desenvolvimento: te De. o*. São Paulo.~

Rodrigues, M. 1999. Os patrimónios da investigação arqueológica em Moçambique e o Prof. Santos Júnior. *PORTVGHLIA*, serie nº XIX.XX.1998-1999 pp. 265-278.~

Wedel, Janine; Shore, Cris; Feldman, Gregory and Lathrop, Stacy, 2005. “[Towards an Anthropology of Public Policy](#)”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 600, (July): 30-51.